

2023

Relatório Anual



—

Comissão de
Administração e
Serviço Público

CASP
COMISSÃO DE
ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇO PÚBLICO

RELATÓRIO ANUAL

Brasília - 2023

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
57ª Legislatura (2023-2027) – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Arthur Lira

1º Vice-Presidente

Marcos Pereira

2º Vice-Presidente

Sóstenes Cavalcante

1º Secretário

Luciano Bivar

2ª Secretária

Maria do Rosário

3º Secretário

Júlio Cesar

4º Secretário

Lucio Mosquini

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Gilberto Nascimento

2º Suplente

Pompeo de Mattos

3º Suplente

Beto Pereira

4º Suplente

André Ferreira

Diretor-Geral:

Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa:

Luís Otávio Veríssimo Teixeira

Relatório anual - 2023

SUMÁRIO

Apresentação	6
Membros titulares	9
Membros suplentes	16
Parlamentares que passaram pela comissão	19
Reunião de instalação e eleição	25
Propostas apreciadas	29
Audiências Públicas e Seminários	65
Números da Comissão	116
Equipe técnica	122



Comissão de Administração e Serviço Público

Presidente:

Bruno Farias

1ª Vice-Presidente:

Delegada Ione

Departamento de Comissões:

João Batista Silva Aragão Junior

Projeto gráfico e capa:

Equipe técnica da Comissão de Administração e Serviço Público e Serviço de Publicidade

Texto e edição:

Equipe técnica da Comissão de Administração e Serviço Público e Agência Câmara Notícias

Fotos:

Equipe técnica da Comissão de Administração e Serviço Público e Agência Câmara Notícias



Apresentação



Fruto do desmembramento da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, no ano de 2023 foi criada a Comissão de Administração e Serviço Público, responsável por matérias relacionadas à regulamentação do exercício das profissões; autarquias profissionais; organização político-administrativa da



Relatório anual - 2023

União e reforma administrativa; matéria referente a direito administrativo em geral; matérias relativas ao serviço público da administração federal direta e indireta, inclusive fundacional; regime jurídico dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos; regime jurídico-administrativo dos bens públicos; e prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico.

Com o objetivo de aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, por meio da produção e disseminação de conhecimentos trazidos nas reuniões e audiências públicas, é que assumi a Presidência da Comissão.

Durante todo o transcorrer do ano, apreciamos uma grande quantidade de proposições que refletiram na vida dos servidores públicos brasileiros. Aprovamos relatórios de projetos de lei importantes para o País e debatemos temas de extrema relevância para o funcionalismo da administração direta e indireta.

Busquei conduzir os trabalhos legislativos desta Comissão de forma cordial, ouvindo sempre os nobres colegas e todos que me procuraram, a fim de garantir o aprimoramento dos debates.

Agradeço a todos pela dedicação e trabalho incansável, à equipe da Secretaria da Comissão, ao pessoal do meu gabinete e principalmente aos meus colegas parlamentares, que com excelência contribuíram para o exitoso trabalho desenvolvido durante todo o ano legislativo.



Bruno Farias

Deputado Federal

Presidente da Comissão de Administração e Serviço Público



Relatório anual - 2023

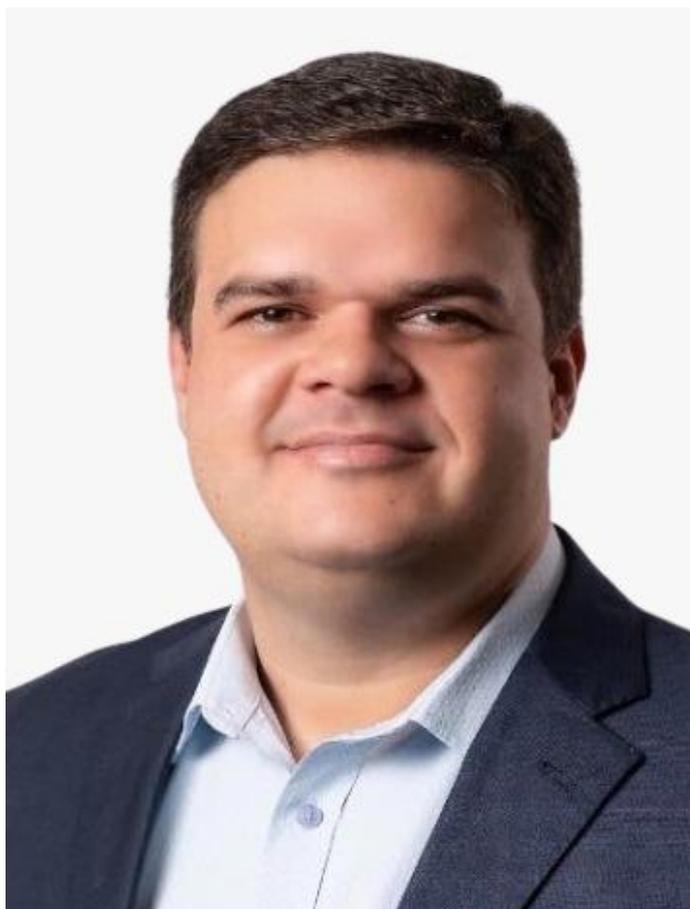


Membros titulares



BRUNO FARIAS (AVANTE-MG)

PRESIDENTE



Bruno Farias é natural de Teófilo Otoni (MG), filho de Antônio Eustaquio Farias e Jovita Maria de Souza Farias. Formou-se na faculdade Univale, de Governador Valadares. É especialista em gestão e serviços de saúde. Também foi gestor, diretor do Hospital Municipal de Urgências Raimundo Gobira e auditor especialista.

Atuou como enfermeiro em sala de vacina, no Programa de Saúde da Família em Teófilo Otoni e Machacalis.

No âmbito acadêmico, Bruno foi coordenador de saúde mental e professor universitário do curso técnico em enfermagem.

Seguiu, também, carreira política como diretor legislativo da Câmara de Vereadores de Teófilo Otoni, assessor na Assembleia Legislativa de Minas

Gerais e na Câmara dos Deputados, quando pode trabalhar pelo envio de recursos para saúde, educação e melhorias de infraestrutura no Vale do Mucuri.

É presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais (Coren-MG) e um dos protagonistas na luta pelos direitos desses profissionais. Foi dele a iniciativa de solicitar ao presidente do Senado,



Relatório anual - 2023

senador Rodrigo Pacheco, que pautasse o PL 2.564/20, que garantiu o piso salarial da categoria. Em 2022, foi eleito deputado federal, com 97.246 votos. Como representante da enfermagem, defende o pagamento do piso salarial, a definição da jornada de trabalho de 30 horas, a regulamentação do percentual de insalubridade e outros projetos que garantam a valorização da categoria. Além disso, atua em defesa das pessoas com autismo e pelo desenvolvimento regional de Minas Gerais, especialmente dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Atualmente é presidente da Comissão de Administração e Serviço Público e membro da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.



DELEGADA IONE (AVANTE-MG)

1ª VICE-PRESIDENTE



Delegada Ione Barbosa é formada em Direito e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Como delegada de Polícia Civil, especialmente como delegada de Mulheres, desempenhou um trabalho que impactou a realidade concreta do enfrentamento à violência contra a mulher no Estado de Minas Gerais. Em 2022, foi eleita para seu primeiro mandato como deputada federal, tornando-se deputada majoritária da sua terra natal, Juiz de Fora, 4ª maior cidade do Estado de Minas Gerais. Foi procuradora do município de Juiz de Fora e professora de Direito Penal e Processual Penal. Presidiu o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Juiz de Fora.

Delegada Ione possui ampla experiência na área de segurança pública e na causa da violência doméstica. Na Câmara dos Deputados, foi eleita 2ª vice-presidente da Comissão de Defesa de Direitos da Mulher, 3ª coordenadora adjunta da

Procuradoria da Mulher da Secretaria da Mulher e 1ª vice-presidente da Comissão Permanente de Administração e Serviço Público. A Deputada ainda é membro titular da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e preside a Frente Parlamentar de Enfrentamento à Pedofilia, além de ser membro de diversas frentes que tratam da segurança pública e do combate à violência em suas diversas formas.



Relatório anual - 2023



Alice Portugal
(PCdoB/BA)



Bruno Farias
(AVANTE/MG)



Carol Dartora (PT/PR)



Coronel Meira (PL/PE)



Defensor Stélio Dener
(REPUBLICANOS/RR)



Delegada Ione
(AVANTE/MG)



Felipe Francischini
(UNIÃO/PR)



Lêda Borges (PSDB/GO)



Relatório anual - 2023



Mendonça Filho
(UNIÃO/PE)



Paulo Folletto (PSB/ES)



Reimont (PT/RJ)



Rogério Correia (PT/MG)



Professora Luciene
Cavalcante (PSOL/SP)



Adriana Ventura
(NOVO/SP)



Membros suplentes



Relatório anual - 2023



Abilio Brunini (PL/MT)



André Figueiredo
(PDT/CE)



Cabo Gilberto Silva
(PL/PB)



Denise Pessôa (PT/RS)



Duarte Jr. (PSB/MA)



Erika Kokay (PT/DF)



Fernanda Pessoa
(UNIÃO/CE)



Luiz Gastão (PSD/CE)



Relatório anual - 2023



Nikolas Ferreira (PL/MG)



Pastor Sargento Isidório
(AVANTE/BA)



Sâmia Bomfim
(PSOL/SP)



Parlamentares que passaram pela Comissão



Relatório anual - 2023



Alfredo Gaspar
(UNIÃO/AL)



André Janones
(AVANTE/MG)



Cláudio Cajado (PP/BA)



Delegado Ramagem
(PL/RJ)



Fernanda Melchionna
(PSOL/RS)



Greyce Elias
(AVANTE/MG)



Luis Tibé (AVANTE/MG)



Marcel Van Hattem
(NOVO/RS)



Relatório anual - 2023



Pedro Aihara
(PATRIOTA/MG)



Prof. Paulo Fernando
(REPUBLICANOS/DF)



Waldemar Oliveira
(AVANTE/PE)



Washington Quaqué
(PT/RJ)



Zé Haroldo Cathedral
(PSD/RR)



Relatório anual - 2023



Relatório anual - 2023



Relatório anual - 2023



Reunião de Instalação e Eleição



21 de março de 2023

Reunião de Instalação e Eleição do Presidente



Deputado Bruno Farias (Avante-MG) e deputada Delegada Ione (Avante/MG), na reunião de instalação dos trabalhos da Comissão e eleição para o cargo de presidente



Em 21 de março de 2023, a Comissão de Administração e Serviço Público, então recém-criada, escolheu o seu primeiro presidente. O deputado Bruno Farias (Avante-MG) foi eleito por unanimidade, com 12 votos, para mandato de um ano à frente do colegiado. A eleição foi presidida pelo deputado Claudio Cajado (PP-BA), que momentos antes declarou instalada a comissão.

Já empossado, Bruno Farias fez o seu primeiro discurso na condição de presidente. “Vamos trabalhar em conjunto nas pautas necessárias para o bom funcionamento da comissão. Estarei à disposição para que possamos fazer um trabalho diferenciado aqui nesta Casa”, afirmou. “Vamos juntos mudar a história e fazer diferente, porque este País precisa de pessoas que tenham coragem e sangue no olho para discutir as pautas de interesse da administração e dos serviços públicos”, completou.

1ª vice-presidente

No dia 9 de maio, a deputada Delegada Ione (Avante-MG) foi eleita 1ª vice-presidente da comissão, também por unanimidade, com oito votos. A deputada lembrou sua trajetória como procuradora do município de Juiz de Fora (MG), professora e delegada de polícia, e disse se sentir muito à vontade no cargo. “Eu sei exatamente o que é ser servidor público”, assinalou.

A Comissão

A Comissão de Administração e Serviço Público foi criada em fevereiro de 2023, a partir da segmentação da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Entre os temas dos debates e das proposições analisadas pelo colegiado, estão a prestação de serviços públicos em geral, a organização político-administrativa da União e o regime jurídico dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos.

Relatório anual - 2023



Propostas apreciadas



08 de agosto de 2023

Proposta inclui chefe da Abin entre autoridades que podem classificar documentos como ultrassecretos



Relator do projeto, deputado Coronel Meira (PL-PE)



A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 1333/23, que inclui o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) na relação de autoridades competentes para classificar o sigilo de informações em grau ultrassecreto na administração pública federal, hipótese em que o acesso a um documento ficará restrito por 25 anos.

O relator, deputado Coronel Meira (PL-PE), recomendou a aprovação do texto. “A proteção de conhecimentos sensíveis, ou informações sigilosas, relacionados aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade, constitui uma das atribuições centrais da Abin”, afirmou o parlamentar ao defender a mudança.

A proposta aprovada insere o dispositivo na Lei de Acesso à Informação (LAI). Atualmente, podem impor o grau de ultrassecreto a documentos o presidente da República, o vice-presidente, os ministros e as autoridades com prerrogativas similares, os comandantes das Forças Armadas, e os chefes de missões diplomáticas e consulares permanentes no exterior.

“O equívoco da atual omissão ao diretor-geral da Abin deu-se na elaboração da LAI, mas que deve ser corrigido, pois isso traz prejuízos, especialmente quando no trato de questões relacionadas a tratativas com outros países”, disse o autor da proposta, deputado Alberto Fraga (PL-DF).

Com a aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto agora será apreciado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

22 de agosto de 2023

Projeto prevê liberação de pagamentos congelados de servidores de estados e municípios



Relator do projeto, deputado Reimont (PT-RJ)



Relatório anual - 2023

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou projeto que restabelece a concessão de aumentos salariais, promoções e gratificações por tempo de serviço aos servidores públicos dos estados, Distrito Federal e municípios congelados durante o período da pandemia de Covid-19.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) n° 143/20 foi aprovado com parecer favorável do relator, deputado Reimont (PT-RJ), na forma de um substitutivo, englobando os 29 apensados.

O substitutivo altera a Lei Complementar 173/20, que criou o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), com diversas medidas para mitigar os efeitos da pandemia nas contas públicas dos estados e municípios.

Um dos artigos da lei estabeleceu medidas para conter despesas com pessoal, como proibição de reajuste salarial e criação de cargos, a partir da data de publicação da lei (maio de 2020) até 2021.

Pelo texto aprovado na comissão, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira, os entes federativos poderão:

- Conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de poder ou servidores públicos e militares de forma retroativa e correspondente ao período entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021;
- Criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive indenizatórios; e
- Contar de forma retroativa o período entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 como período aquisitivo necessário para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio.

Ampliação

O PLP nº 143/20 é de autoria da ex-deputada e atual senadora Professora Dorinha Seabra Rezende (União-TO). Inicialmente, ele beneficiava apenas os trabalhadores da educação. O relator decidiu estender os benefícios para todos os servidores públicos dos entes federativos.

Segundo Reimont, a proibição de aumento salarial durante a pandemia trouxe “sérias consequências negativas para a maioria dos servidores públicos”, que ficaram sem reajustes nos anos de 2020 e 2021.

“As proibições constantes não podem ser mantidas na atualidade, pois, no decorrer da pandemia, os servidores públicos desempenharam papel de extrema importância, mantendo todo o aparato estatal em funcionamento para enfrentar a Covid”, afirmou.

A proposição, que posteriormente também foi aprovada nas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, agora está pronta para a pauta no Plenário da Câmara dos Deputados.



22 de agosto de 2023

Projeto estabelece realocação de empregados de estatais do setor elétrico privatizadas



Relatora do projeto, deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou proposta que estabelece que os empregados de empresas públicas do setor elétrico federal privatizadas deverão ser aproveitados em outras estatais.



A medida deverá ser adotada quando não houver a opção de permanência no emprego. Pela proposta, os novos cargos e salários deverão ser compatíveis com os anteriores. O aproveitamento em outras estatais deverá ocorrer mesmo no caso das empresas já privatizadas.

O texto aprovado é o substitutivo da deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS) ao Projeto de Lei nº 1.791/19, do ex-deputado Assis Carvalho (PI). Originalmente, o texto visava garantir o emprego apenas dos funcionários das distribuidoras subsidiárias da Eletrobras, que foi privatizada.

O substitutivo altera a Lei nº 12.783/13, que trata do setor elétrico.

Ampliação

A relatora decidiu ampliar a medida original para todas as estatais federais do setor elétrico, independentemente da atividade (produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia).

“É plausível a inserção de dispositivo que amplie os direitos trazidos pelo projeto às situações consolidadas, isto é, aos empregados das empresas do setor elétrico que já foram privatizadas”, disse Melchionna.

Ela criticou ainda, no parecer, a desestatização da Eletrobras, autorizada por uma lei em 2021. “A privatização não apenas fere o interesse público por entregar à lógica de lucro da iniciativa privada um dos maiores patrimônios nacionais, mas também por dispensar centenas de trabalhadores altamente qualificados e experientes, legando-os à própria sorte”, afirmou a relatora.

A proposta também foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e agora será apreciada pelo Senado Federal.



26 de setembro de 2023

Projeto concede benefícios previdenciários a pessoas com hepatite B ou C



Relator do projeto, deputado Prof. Paulo Fernando (Republicanos-DF)

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 6041/13, que estende às pessoas infectadas pelos vírus das hepatites B e C os benefícios previdenciários já garantidos às pessoas diagnosticadas com aids.



Relatório anual - 2023

No serviço público, o texto assegura a concessão da aposentadoria por incapacidade permanente ou reforma do militar. Para os segurados do INSS, auxílio-doença ou aposentadoria, além de pensão por morte aos dependentes. Esses benefícios estão previstos na Lei nº 7.670/88.

A proposta também garante direito ao saque integral do valor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a qualquer momento.

Segundo o relator, deputado Prof. Paulo Fernando (Republicanos-DF), a medida assegura aos pacientes de hepatite B ou C as conquistas obtidas pelas pessoas que vivem com aids. “As formas crônicas destas doenças já são reconhecidas pela comunidade médica como incuráveis, e mais nefastas, a curto prazo, para a saúde dos vitimados que a própria aids, tendo em vista que evoluem, em regra, para cirrose hepática ou câncer de fígado”, disse o deputado.

O projeto será analisado agora, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).



26 de setembro de 2023

[Projeto cria cargos em comissão na Defensoria Pública da União](#)



Relator do projeto, deputado Defensor Stélio Dener (Republicanos-RR)



Relatório anual - 2023

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 7.923/14, da Defensoria Pública da União (DPU), que cria 91 cargos em comissão no quadro de pessoal do órgão, com remuneração entre R\$ 3.461,96 e R\$ 14.607,74.

O relator, deputado Defensor Stélio Dener (Republicanos-RR), afirmou que a criação dos cargos está em conformidade com o orçamento da Defensoria para 2024. Ele apresentou um novo texto reduzindo a estrutura a ser criada. A proposta original previa 784 cargos em comissão e 362 funções de confiança.

Segundo o relator, a redução visa adequar a necessidade do órgão às “possibilidades reais e legais que a DPU possui de prover os cargos já a partir do ano de 2024”. Além disso, lembrou que em 2022 entrou em vigor uma lei que já criou cargos e funções na DPU (Lei nº 14.377/22).

Dener destacou ainda a importância dos cargos em comissão para o órgão. “Além de reforçar a estrutura administrativa atual, [os cargos] poderão remunerar, estimular e fortalecer todo o sistema de proteção de direitos humanos existente na DPU”, disse.

A proposta, que também foi aprovada na Comissão de Finanças e Tributação, agora aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Relatório anual - 2023

26 de setembro de 2023

Projeto cria cargos no Conselho Nacional do Ministério Público



Relator do projeto, deputado Bruno Farias (Avante-MG)



Relatório anual - 2023

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou proposta que transforma cargos vagos da estrutura do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – sendo sete cargos de técnico (nível médio) e cinco de analista (nível superior) – em 10 cargos em comissão, que são de livre nomeação e exoneração. O texto também cria, a partir do aproveitamento de sobra orçamentária, outros 32 cargos em comissão.

De acordo com o CNMP, autor do Projeto de Lei (PL nº 2073/22), as ações não envolvem aumento de despesas. Os novos cargos, segundo o órgão, serão criados prioritariamente nos gabinetes dos conselheiros, na Presidência e na Corregedoria Nacional. O CNMP argumenta que a medida se justifica “diante da impossibilidade de expandir o quadro de pessoal pela inexistência de concurso público válido ou mesmo previsto”.

O relator, deputado Bruno Farias (Avante-MG), em seu voto pela aprovação do projeto, ressaltou que os cargos transformados fazem parte do Quadro de Pessoal e da Estrutura Organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público e estão vagos.

A proposta, que também foi aprovada na Comissão de Finanças e Tributação, atualmente aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



26 de setembro de 2023

Comissão rejeita projeto que permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para aquisição de imóveis



Relator do projeto, deputado Rogério Correia (PT-MG)



A Comissão de Administração e Serviço Público rejeitou o Projeto de Lei nº 4177/20, que tem como objetivo permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a aquisição de imóveis inscritos em regime de ocupação ou aforamento nos estados e municípios.

No plano infralegal, as hipóteses de movimentação da conta vinculada estão elencadas didaticamente no Manual de Orientação - Movimentação da Conta Vinculada do FGTS, cuja última versão data de agosto/2023, elaborado pela Caixa Econômica Federal.

Em seu parecer, o relator, deputado Rogério Correia (PT-MG), afirmou estar convencido de que a ampliação do alcance do inciso XIX, do art. 20, da Lei nº 8.036, de 1990, resultaria no aumento das hipóteses de saque do FGTS, tendo em vista a possibilidade de estados e municípios instituírem normas locais que prevejam a aquisição do domínio pleno do imóvel ocupado ou aforado, tal qual ocorre em âmbito federal.

Para ele, a despeito das boas intenções da proposta, o Projeto de Lei nº 4.177/20 destoa do interesse público primário. “O FGTS é um fundo privado de poupança compulsória e compõe uma das maiores fontes de recursos destinados à atividade de fomento público. Possui importante papel na estrutura econômica e social do País, sendo uma das principais bases de formação de poupança nacional, além de ser importante fonte de recursos voltados à habitação, saneamento, infraestrutura e saúde, o que propicia melhoria da qualidade de vida da população (principalmente a de menor renda), assim como geração de emprego e renda”, assinalou.

A proposta agora terá seu mérito analisado pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

03 de outubro de 2023

Comissão aprova suspensão de decreto que regula revisão da reforma militar por incapacidade definitiva



Relatora do projeto, deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS)



Relatório anual - 2023

Foi aprovado na Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados o Projeto de Decreto Legislativo nº 118/23, que suspende o Decreto nº 10.750, de 19 de julho de 2021, que regulamenta o procedimento de revisão da reforma por incapacidade definitiva para o serviço ativo ou por invalidez de militares inativos, de carreira ou temporários, das Forças Armadas.

Em vigor desde 2021, o Decreto nº 10.750 permite a convocação de militar reformado judicialmente por incapacidade definitiva, para avaliação das condições que motivaram a reforma. A norma também não estabelece prazo para o processo de revisão das condições da reforma por incapacidade definitiva.

A relatora, deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS), deu parecer favorável à proposta, apresentada pela deputada Erika Kokay (PT-DF). Fernanda Melchionna afirmou que o decreto viola princípios fundamentais e contraria garantias individuais do cidadão.

“O que a administração militar vem promovendo é uma aplicação retroativa das revisões de reformas de militares, alcançando situações já consolidadas juridicamente”, declarou Melchionna.

Após aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto encontra-se pronto para a pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário da Câmara.

24 de outubro de 2023

Projeto prevê aproveitamento de pessoal demitido pela Eletrobras



Presidente da comissão, deputado Bruno Farias (Avante-MG)



A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 1.189/23, pelo qual ex-empregados da Eletrobras deverão ser aproveitados por estatais ou sociedades de economia mista, em cargos de mesma complexidade. O texto altera a Lei nº 14.182/21, que trata da desestatização da Eletrobras.

O relator, deputado Rogério Correia (PT-MG), recomendou a aprovação após incorporar ao texto três emendas. Uma foi apresentada na comissão pelo deputado Florentino Neto (PT-PI). As outras duas são do próprio relator.

A emenda de Florentino Neto determina, como no caso da Eletrobras, o aproveitamento de ex-empregados de seis distribuidoras privatizadas. Já as emendas do relator autorizam o Poder Executivo a reintegrar ex-empregados da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (CBTU-MG) demitidos após 2022 e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) demitidos após 2020.

“Estamos falando de um contingente de profissionais qualificados, muitos deles concursados, que sofreram uma transformação radical nas suas vidas após os processos de desestatização”, afirmou Rogério Correia no seu parecer.

O projeto aprovado pela comissão estabelece que o Poder Executivo federal deverá realizar a integração dos empregados da Eletrobras e de suas subsidiárias, demitidos sem justa causa no período de 48 meses a partir da data de publicação da Medida Provisória 1031/21 (23 de fevereiro de 2021).

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

24 de outubro de 2023

Comissão rejeita projeto que estabelece preferência aos policiais para aquisição de veículos



Relator do projeto, deputado Reimont (PT-RJ)



Relatório anual - 2023

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei nº 2.329/15, que altera a Lei nº 8.666, de 1993 (Lei de Licitações), para estabelecer preferência aos policiais na aquisição de veículos automotores em leilões públicos realizados no âmbito das suas respectivas corporações, desde que suas ofertas sejam até 10% menores que as melhores ofertas apresentadas.

O relator, deputado Reimont (PT-RJ), votou pela rejeição da proposta e pontuou que não considera apropriado que o agente público, no caso o policial, conhecedor do veículo leiloado, tenha preferência em adquiri-lo, podendo ainda pagar até 10% a menos que as melhores ofertas, tendo em vista eventuais conflitos de interesse.

Ele acrescentou ainda que a concessão de preferência a policiais na aquisição de viaturas de seus respectivos órgãos de segurança pública, por meio de leilão, confronta os princípios da impessoalidade, isonomia e igualdade administrativa que regem o processo licitatório.

A proposta rejeitada na Comissão de Administração e Serviço Público agora terá seu mérito analisado pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

31 de outubro de 2023

Projeto estabelece obrigatoriedade de dispositivos de acessibilidade em computadores com isenção fiscal



Relator do projeto, deputado Prof. Paulo Fernando (Republicanos-DF)



Relatório anual - 2023

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que torna obrigatórios dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual em computadores comercializados com benefícios fiscais do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal.

A medida inclui teclado em braille, programas de leitor de tela e de ampliação dos caracteres, fone de ouvido e microfone. O Programa de Inclusão Digital foi criado pela Lei do Bem, de 2005, e concede uma série de isenções para a indústria de informática.

Por recomendação do relator, deputado Prof. Paulo Fernando (Republicanos-DF), o texto aprovado foi o substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família (hoje Comissão de Saúde).

“O projeto é aparentemente simples e aponta para ganhos indiscutíveis à parcela da nossa população com deficiência visual. Todavia, a matéria tramita há 12 anos nesta Casa, merecendo um impulso para que alcance sua finalidade”, disse o relator.

O Projeto de Lei nº 1.569/11 é de autoria do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) e ainda será analisado, em caráter conclusivo, nas comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).



31 de outubro de 2023

Projeto estabelece que o afastamento cautelar de titular de mandato eletivo só poderá ser determinado por órgão judicial colegiado



Reunião deliberativa da Comissão de Administração e Serviço Público



A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei pelo qual o afastamento cautelar de titular de mandato eletivo só poderá ser determinado por órgão judicial colegiado. A proposta altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa).

O texto aprovado foi o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Prof. Paulo Fernando (Republicanos-DF), para o Projeto de Lei nº 2.521/15, do Senado. O substitutivo mantém a regra vigente pela qual o afastamento do agente público do exercício do cargo será de até 90 dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.

A versão original do projeto de lei foi apresentada por uma comissão temporária do Senado que tratou da reforma política. A ideia do colegiado foi impedir que um juiz de primeira instância possa, sozinho, afastar o prefeito do cargo.

“É importante frisar que o projeto não está alterando a competência para o julgamento de mérito da ação de improbidade, mas compatibilizando, conforme argumentou a comissão que o elaborou, o poder cautelar de afastamento do titular de mandato eletivo com a segurança jurídica de ter a decisão tomada, não por um juízo singular, mas por um conjunto de julgadores”, ressaltou o deputado Prof. Paulo Fernando em seu parecer.

O projeto tramita em caráter conclusivo e está aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

31 de outubro de 2023

Projeto obriga órgãos públicos a garantir acessibilidade por meio de tecnologia assistiva ou de profissionais habilitados em Libras e braile



Relator do projeto, deputado André Figueiredo (PDT-CE)



Relatório anual - 2023

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei (PL nº 708/23) que obriga os órgãos públicos a garantir acessibilidade a todos os cidadãos, oferecendo tecnologia assistiva ou profissionais habilitados em Libras e braile.

A proposta aprovada altera o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O texto também inclui na lei a exigência de instruir e capacitar recursos humanos de empresas para melhorar a integração das pessoas com deficiência nos espaços de trabalho.

Em seu voto pela aprovação do projeto, o relator da matéria, deputado André Figueiredo (PDT-CE), afirmou que “a proposta contribui para a evolução do arcabouço legal que procura promover e proteger as pessoas com deficiência”.

Após aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto está aguardando designação de relator na Comissão de Trabalho.



21 de novembro de 2023

Emendas à Lei Orçamentária Anual - LOA



Presidente da Comissão, Deputado Bruno Farias (Avante-MG)



A CASP aprovou, no dia 21 de novembro, as emendas da Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2024. O valor total das emendas representou reforço de R\$ 302.243.737,00 ao Orçamento.

Foram apresentadas duas sugestões de emenda de apropriação e quatro sugestões de emendas de texto ao Projeto de Lei Orçamentária - PLN nº 29/2023 (PLOA 2024). Todas as sugestões de emendas de apropriação e texto foram aprovadas. As duas emendas de apropriação foram:

1ª EMENDA: Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Inativos e Pensionistas da União. Programa 0032; Ação 21BW; Nacional; Meta: 1 unidade; R\$ 161.472.545,00. Autora: Deputada Fernanda Melchionna (Psol - RS).

2ª EMENDA: Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Ativos da União. Programa 0032; Ação 21BW; Nacional; Meta: 1 unidade; R\$ 140.771.192. Autora: Deputada Fernanda Melchionna (Psol - RS).

A LOA estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal. Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Executivo, assim como faz com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

19 de dezembro de 2023

Projeto prevê possibilidade de indenização em caso de distrato de contrato de permissão



Relator do projeto, deputado Luiz Gastão (PSD-CE)



A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 3.034/15, do deputado Domingos Neto (PSD-CE), que prevê a possibilidade de ressarcimento e de indenização em caso de encerramento de contrato de permissão de serviço público por iniciativa do poder concedente. De acordo com o texto, a reparação é devida quando não houver culpa do permissionário, que tem assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

A proposta altera a Lei nº 8.987/95, que trata do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Outra mudança trazida pelo texto é a substituição dos termos “revogabilidade unilateral” por “distrato” do contrato de adesão no artigo da lei relativo à formalização das permissões (Art.40). “A revogação é forma clássica de extinção de ato administrativo, jamais, portanto, aplicável à permissão de serviços públicos”, justificou Domingos Neto.

O relator do projeto na Comissão de Administração e Serviço Público, deputado Luiz Gastão (PSD-CE), apresentou parecer pela aprovação da proposta. “Embora a lei em vigor estabeleça que o permissionário tem que ter capacidade para desempenhar a prestação do serviço público, com seus próprios meios, assumindo integralmente o risco, não parece razoável que a norma seja tão arbitrária e não viabilize segurança ao permissionário que se candidata em uma licitação para prestar serviços públicos à população, ficando sujeito a abruptamente ter o vínculo encerrado pelo poder concedente”, argumentou.

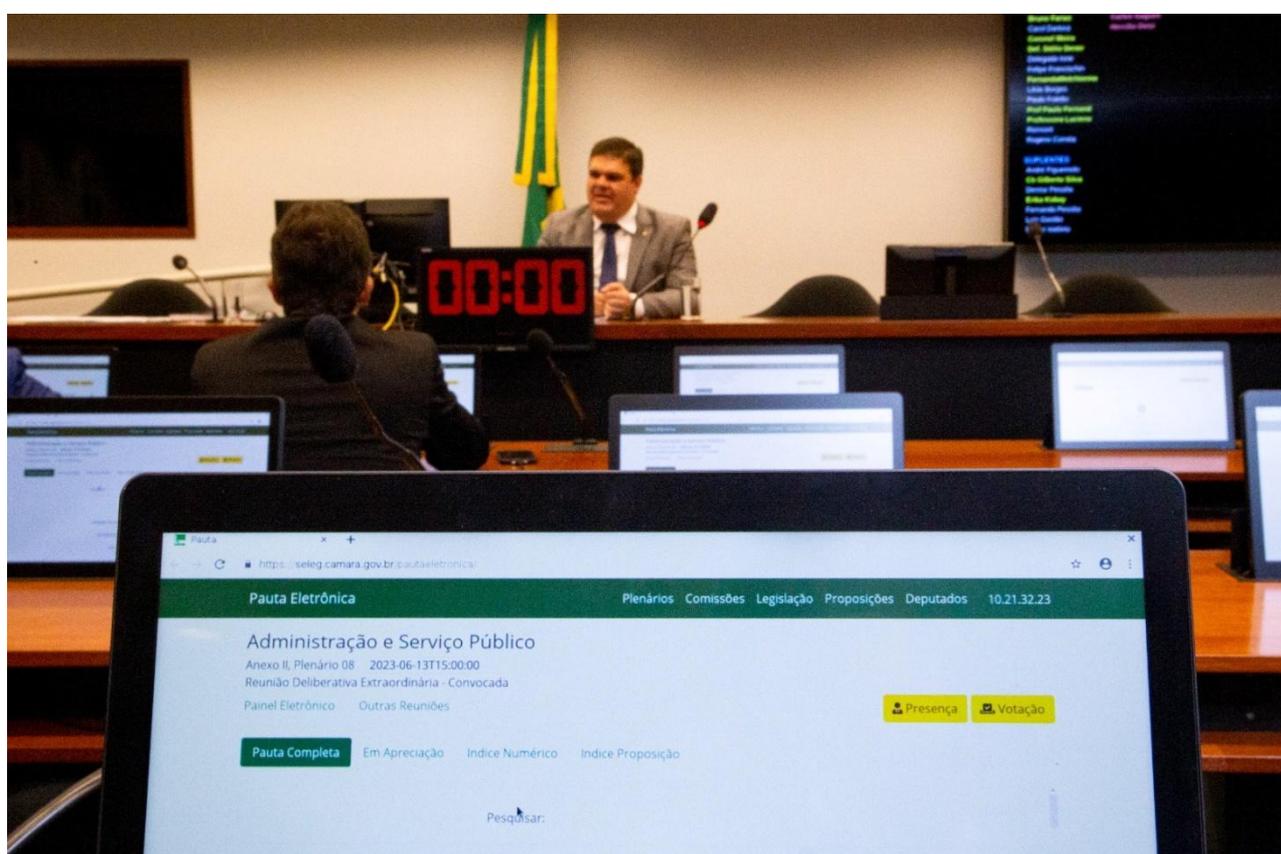
O PL nº 3.034/15 foi aprovado com emenda destinada a eliminar redundância no texto da lei. Na mesma votação, foi rejeitado o Projeto de Lei nº 6.457/16, do ex-deputado Celso Jacob, que tramita em conjunto com o PL nº 3.034/15 e, em direção contrária, desobriga expressamente a indenização do permissionário em caso de “revogabilidade unilateral” do contrato.

Após aprovação na Comissão de Administração e Serviço Público, a matéria aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Relatório anual - 2023

19 de dezembro de 2023

Projeto atualiza valores de custas judiciais no âmbito do TJDF



Plenário da Comissão de Administração e Serviço Público



Relatório anual - 2023

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 4.003/19, que atualiza a tabela de preços cobrados por procedimentos judiciais no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Segundo o tribunal, que é o autor do projeto, os novos valores têm como base a média das custas judiciais cobradas pelos tribunais de Justiça estaduais.

A justificativa do projeto informa que, apesar de representar um aumento significativo em relação aos atuais valores, a nova tabela de custas judiciais do TJDFT traz custos menores do que os exigidos pela maioria dos tribunais estaduais. Os valores mínimos respeitam a média nacional e os valores máximos são limitados a até vinte vezes o valor mínimo estabelecido.

No caso específico de ações regidas por procedimento comum, por procedimentos especiais do Código de Processo Civil e por embargos em geral, as custas iniciais serão de 2% do valor da causa, sendo o mínimo R\$ 345 e o máximo R\$ 6.915.

O mandado de segurança terá o valor reajustado para R\$ 460, acrescido de R\$ 50 por impetrante adicional. Já o mandado de injunção e o mandado de segurança coletivo terão custo de R\$ 3.460. A ação de impugnação terá o custo mais alto: R\$ 6.915.

Segundo o texto, serão isentos do pagamento de custas judiciais o poder público (União, estados, municípios e Distrito Federal), o Ministério Público, os que comprovarem insuficiência de recursos e os autores de ação popular, civil pública ou ação coletiva referente ao Código de Defesa do Consumidor.

O parecer do relator na comissão, deputado Prof. Paulo Fernando (Republicanos-DF), foi pela aprovação do projeto, com quatro emendas: três delas com o objetivo de evitar equívocos interpretativos quanto à aplicabilidade exclusiva do texto ao TJDFT; e a quarta para incluir a Defensoria Pública no rol de isentos de recolhimento de custas judiciais.

O projeto, que possui caráter conclusivo, aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

19 de dezembro de 2023

Projeto altera regra sobre acúmulo de verbas remuneratórias no Judiciário



Deputado Bruno Farias (Avante-MG), relator da matéria



A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 2.447/22, do Supremo Tribunal Federal (STF), que permite a servidores do Poder Judiciário da União acumular Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) com função comissionada ou cargo em comissão. Para isso, é preciso estar exercendo atribuições de segurança institucional, com lotação em unidade de segurança do Judiciário.

A proposta faz alterações na Lei nº 11.416/06, que trata das carreiras desses servidores. Hoje, a lei proíbe o acúmulo da GAS, que corresponde a 35% do vencimento básico. A gratificação é devida exclusivamente a analistas e técnicos judiciários da área de segurança institucional, regra mantida no projeto.

O PL nº 2.447/22 também faz mudanças na nomenclatura utilizada na lei, com o objetivo de adequá-la aos “recentes aperfeiçoamentos da área de segurança”, segundo justificativa apresentada pelo STF. Assim, em determinados dispositivos, a área de segurança passa a ser denominada de polícia institucional.

Da mesma forma, os técnicos judiciários que atuam na área, atualmente chamados de agente de segurança judiciária, recebem a denominação de agente de polícia judicial. Os analistas judiciários, por sua vez, continuam a ser chamados de inspetores.

O projeto foi aprovado na forma de substitutivo apresentado pelo relator na comissão, deputado Bruno Farias (Avante-MG). O novo texto assegura o porte de arma de fogo a inspetores e agentes de polícia judicial, desde que possuam o porte institucional, previsto no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), e tenham comprovadas capacidade técnica e aptidão psicológica para manuseá-la.

Ao recomendar a aprovação da proposta, o deputado Bruno Farias destacou a importância do papel desempenhado pelos servidores que se dedicam à segurança institucional no Judiciário. “A presença de um corpo de servidores especializados em segurança institucional fortalece a capacidade do Poder Judiciário de proteger os seus membros e de cumprir com sua missão de maneira efetiva”, avaliou.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação.



19 de dezembro de 2023

Projeto institui a Lei Geral dos Agentes de Trânsito



Deputado André Figueiredo (PDT-CE), relator da matéria



A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 2.160/23, do deputado Nicoletti (União-RR), que institui a Lei Geral dos Agentes de Trânsito. Além de estabelecer diretrizes e normas gerais para a carreira de agente de trânsito, a proposta promove mudanças no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03) para permitir o porte de armas de fogo por esses profissionais.

Entre outros pontos, o PL nº 2.160/23 reafirma que a carreira de agente de trânsito é exclusiva de servidores públicos, reforça a natureza policial do cargo e reconhece a atividade como de risco permanente. A proposta regulamenta dispositivo constitucional (Art. 144, § 10, inciso II) que prevê a estruturação dos agentes em carreira, de acordo com lei específica.

O texto aprovado na Comissão de Administração e Serviço Público foi um substitutivo apresentado pelo relator, deputado André Figueiredo (PDT-CE). Ao propor modificações no projeto, ele incorporou emenda apresentada no colegiado e sugestões contidas em substitutivo aprovado anteriormente pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Uma das mudanças em relação ao texto original foi a inclusão dos agentes de trânsito e dos integrantes das guardas municipais entre os profissionais com direito a portar arma de fogo, mesmo fora de serviço, em âmbito nacional – e não apenas na circunscrição de atuação do órgão a que servem.

Ao defender o porte de arma pelos agentes de trânsito, André Figueiredo apontou a existência de similaridade das atribuições desempenhadas por eles com as dos policiais militares e rodoviários federais, no que diz respeito à competência constitucional de promover a segurança viária, por meio do patrulhamento.

Outra mudança trazida pelo substitutivo foi a exigência de nível superior completo para ingresso na carreira de agente de trânsito. A proposta original previa, no mínimo, nível médio completo de escolaridade, embora estabelecesse que os entes federativos adotassem, preferencialmente, o nível superior.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



19 de dezembro de 2023

Comissão rejeita projeto que autoriza Executivo a criar Serviço de Aprendizagem da Pessoa Idosa



Deputado Luiz Gastão (PSD-CE), relator da matéria



A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei nº 4.066/19, do ex-deputado Vinicius Farah, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Nacional de Aprendizagem da Pessoa Idosa (Senapi). De acordo com o texto, trata-se de entidade de direito privado sem fins lucrativos, com a finalidade de promover a educação e a capacitação laboral das pessoas idosas. A proposta estabelece os objetivos do Senapi, sua composição, receitas e forma de fiscalização, entre outros pontos a serem observados.

Ao rejeitar o projeto, o colegiado seguiu o voto do relator, deputado Luiz Gastão (PSD-CE). “Ainda que a proposição tenha boa intenção, não é de interesse público que se crie um serviço nacional de aprendizagem específico somente para atender pessoas idosas”, avaliou o parlamentar. “É muito mais eficaz buscar as entidades já existentes e verificar os cursos direcionados a esse público, já que as entidades não possuem limitações de faixa etária a ser atendida e os requisitos são mais direcionados a questões educacionais”, completou.

Luiz Gastão destacou que os Serviços Nacionais de Aprendizagem e os Serviços Sociais Autônomos existentes, integrantes do chamado Sistema S, foram criados conforme o tipo de ensino e de serviço que iriam ofertar, com o objetivo de proporcionar aprendizado e especialização para o trabalho nas indústrias, no comércio, no ramo dos transportes, na atividade rural, nas cooperativas e nas micro e pequenas empresas. A seu ver, se tivessem sido concebidos com foco na pessoa a quem seriam ofertados os cursos e os projetos, haveria a necessidade de criação de serviços específicos para diferentes grupos, como povos originários e pessoas com deficiência, por exemplo.

O relator observou ainda que, embora vícios de forma não sejam objeto de análise pela comissão, projetos de lei autorizativos, de iniciativa parlamentar, são considerados inconstitucionais e injurídicos pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, conforme súmula de jurisprudência do colegiado. Esse entendimento é reforçado por estudo da Consultoria Legislativa da Câmara e por posicionamento das comissões de Educação; e de Finanças e Tributação.

A proposta, que já havia sido aprovada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, vai ser analisada ainda pelas comissões de Trabalho; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para o Plenário.



Audiências Públicas e Seminários



24 de abril de 2023

Confisco de aposentadorias de servidores públicos e pensionistas



Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), autora do requerimento

Audiência pública realizada em virtude da aprovação do Requerimento nº 9/2023, da deputada Professora Luciene Cavalcante. O objetivo foi debater a “Emenda Constitucional nº 103/2019, que autorizou o confisco de aposentadorias dos servidores públicos e pensionistas que recebem abaixo do teto do Regime Geral do INSS”.

A autora do requerimento destacou que a contribuição previdenciária sobre proventos de aposentadorias e pensões dos regimes previdenciários próprios é objeto de grande polêmica desde que foi instituída, e incidiria, conforme a Emenda Constitucional 41, sobre a parcela desses proventos que ultrapassassem o teto do Regime Próprio da Previdência Social (RGPS). No entanto, acrescentou, a Emenda Constitucional 103/19 permitiu que União, estados, Distrito Federal e municípios instituíssem contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas, dos regimes próprios, incidente sobre o valor dos proventos de aposentadoria e pensões que supere o salário mínimo.

"A imunidade conferida ao grupo de aposentados e pensionistas dos regimes próprios que recebem seus proventos e pensões abaixo do teto do RGPS se dá em razão e em obediência ao princípio basilar da dignidade da pessoa humana. Ou seja, entendeu o legislador que é a remuneração mínima para que uma pessoa possa manter sua subsistência, razão pela qual não caberia essa taxaço, sob o risco de configurar-se como um confisco", afirmou.

Participaram do debate: Cláudia Fernanda Iten, coordenadora geral de Normatização e Acompanhamento Legal do Departamento de Regimes da Previdência do Ministério da Previdência Social; Walneide Romano, presidente da Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo (Apampesp); José Gozze, presidente da Pública - Central do Servidor; Paulo Dimas, integrante do Movimento Twitaço – SP; Malu Leite Persiani, integrante do Movimento Twitaço – SP; Carlos Giannazi, deputado estadual de São Paulo; Celso Giannazi, vereador do município de São Paulo; Chico Poli, presidente do Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo); Norma Lúcia Andrade dos Santos, presidente do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (Sinesp); Margarida Prado Genofre, vice-presidente



Relatório anual - 2023

do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo (Aprofem); Marco Antônio Pereira, assessor técnico do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo (Sindsep-SP); João Domingos Gomes dos Santos, presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB); Walkiria Olegário Mazeto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APPSindicato); Sergio Antônio Kumpfer, secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); e Camilla Louise Galdino Cândido, assessora jurídica da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).



15 de maio de 2023

[Congelamento da contagem do tempo de serviço para fins de adicionais](#)



Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), autora do requerimento



Audiência pública realizada em virtude da aprovação dos requerimentos nº 10/2023 e nº 20/2023, ambos da deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP). O objetivo foi debater a “Lei Complementar nº 173/2020, que congelou a contagem de tempo para fins de anuênios, triênios, quinquênios, sexta parte, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes para servidores públicos”.

A deputada lembrou que a Lei Complementar nº 173/2020 foi aprovada no contexto do surgimento da pandemia de Covid-19. "Ocorre que, passados alguns meses, verificou-se que as previsões pessimistas e incertezas quanto à economia brasileira não se confirmaram, de forma que todos os servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios continuaram exercendo suas atividades e mantiveram em funcionamento todos os serviços públicos à disposição da população brasileira", disse.

Compareceram como convidados: Heleno Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Norma Lúcia Andrade dos Santos, presidente do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (Sinesp); Chico Poli, presidente do Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo); Alberto Ledur, coordenador de Assuntos Parlamentares da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Ministérios Públicos Estaduais (Fenamp); José Gozze, presidente da Pública - Central do Servidor; Michele Schultz Ramos, presidente da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp); Maciel Silva Nascimento, secretário de Políticas para Trabalhadores da Educação do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo (Sindsep-SP); Eduardo de Souza Maia, diretor jurídico da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB); Ismael José César, secretário adjunto de Gênero, Raça, Juventude e Orientação Sexual da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef); e Ana Sofia Pereira, tesoureira da Associação dos Analistas Jurídicos do Ministério Público do Estado de São Paulo (Aajump).



25 de maio de 2023

Situação dos processos de enquadramento dos servidores dos ex-territórios



Deputado Defensor Stélio Dener (Republicanos-RR), autor do requerimento.



Audiência pública realizada em virtude da aprovação do Requerimento nº 3/2023, do deputado Defensor Stélio Dener (Republicanos-RR). O objetivo foi debater a “Atual Situação do enquadramento dos servidores pela Comissão Especial dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima (Ceext)”.

A Ceext, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, é responsável por avaliar e julgar, com base na legislação vigente, todos os pedidos de transposição dos servidores dos extintos territórios federais para o quadro da União. A Constituição Federal de 1988 extinguiu os três territórios então existentes no País: Amapá e Roraima tornaram-se estados e Fernando de Noronha tornou-se um distrito de Pernambuco.

O deputado Defensor Stélio Dener apontou a necessidade de a nova gestão da comissão especial esclarecer seus critérios de julgamento e fundamentações técnicas e jurídicas. "Defendemos a transparência, a autenticidade e a justiça, e entendemos a necessidade de se seguirem os ritos processuais", disse o parlamentar. "Mas também defendemos as milhares de famílias dos ex-territórios que há anos esperam por solução, que buscam resolver suas pendências, que já cumpriram todos os requisitos legais da Comissão, que tenham a paz necessária do direito ao enquadramento", acrescentou.

Compareceu como convidado: João Cândido de Arruda Falcão, presidente da Comissão Especial dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

01 de junho de 2023

Orientações sobre redistribuição de cargos na administração pública



Deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS), autora do requerimento, no centro da Mesa



Audiência pública realizada em virtude da aprovação do Requerimento nº 8/2023, da deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS). O objetivo foi discutir as novas regras de redistribuição de cargos no governo federal.

A deputada questionou a legalidade de uma regra incluída em portaria publicada em março de 2023 pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Pela norma, está vedada a redistribuição de cargos ocupados por servidor em gozo de licença ou afastamento. "No caso específico dos servidores que se encontram em licença ou afastados legalmente, a Portaria nº 619/23 extrapola os limites legais ao criar restrições inexistentes na legislação", justificou a deputada.

Compareceram como convidados: Joaquina Aparecida Nobre da Silva, representante do Conselho Pleno e Coordenadora da Câmara Temática de Gestão de Pessoas do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Mirian Dantas, coordenadora do Fórum Nacional de Pró-reitores de Gestão de Pessoas (Forgepe), órgão de assessoramento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Maria Artemis Ribeiro Martins, coordenadora-geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe); Cristina Del Papa, coordenadora-geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra Sindical); e Luiz Henrique Blume, 3º secretário do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).

15 de junho de 2023

Importância da Receita Federal para o desenvolvimento do Brasil



Audiência Pública presidida pela deputada Erika Kokay (PT-DF)



Audiência pública realizada em virtude da aprovação do Requerimento nº 6/2023, da deputada Erika Kokay (PT-DF), com o objetivo de debater a importância da Receita Federal para o desenvolvimento do Brasil.

A autora do requerimento defendeu que, “diante do cenário de debates sobre princípios e dispositivos para o novo modelo tributário do País, é necessário discutir a participação de quem ajudará a construir e implementar a nova malha tributária brasileira, que é a Receita Federal”.

"É imperioso destacar que o Fisco Federal precisa estar preparado para enfrentar esse complexo e gigantesco desafio. O orçamento do órgão vem minguando ano a ano, com defasagem salarial, falta de pessoal, falta de capacitação e falta de equipamentos apropriados", afirmou Erika Kokay.

Participaram do debate: Robinson Sakiyama Barreirinhas, secretário especial da Receita Federal do Brasil; George Alex Lima de Souza, presidente da Delegacia Sindical de Brasília do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (DS Brasília - Sindifisco Nacional); Mauro Silva, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional); Thales Freitas Alves, presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita); Vilson Antonio Romero, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip); e Tiago Barbosa de Paiva Almeida, 1º vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional).

10 de agosto de 2023

Nível de fadiga dos trabalhadores no transporte aéreo nacional



Deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS), autora do requerimento



Audiência pública realizada em virtude da aprovação do Requerimento nº 21/2023, da deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS). O objetivo foi debater o “Nível de fadiga dos trabalhadores das operações do transporte aéreo nacional à luz do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 117 da Anac”.

O RBAC 117, desenvolvido e aprovado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), estabelece limitações operacionais relativas ao gerenciamento da fadiga para tripulantes e operadores aéreos. A norma, que complementa a Lei do Aeronauta, é aplicável a todos os operadores aéreos, incluindo empresas aéreas regulares e não regulares (passageiros e carga), empresas de táxi aéreo, escolas de aviação civil, aeroclubes e prestadores de Serviço Aéreo Especializado (SAE).

A deputada Fernanda Melchionna destacou, entre outros pontos, que o RBAC 117 "inovou no mundo jurídico" ao estabelecer a possibilidade de homologação, pela própria Anac, de extrapolações do regulamento a partir da apresentação de estudos de caso por parte das empresas.

Compareceram como convidados: Henrique Hacklaender Wagner, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA); Bruno Diniz Del Bel, superintendente de Padrões Operacionais da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Ruy Amparo, diretor de Segurança e Operações de Voo da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear); e Mauro de Azevedo Menezes, advogado especialista em direito do trabalho.

24 de agosto de 2023

[Concurso público para auditor fiscal federal agropecuário e equiparação salarial dos servidores](#)



Deputada Fernanda Pessoa (União-CE), autora do requerimento



Relatório anual - 2023

Audiência pública realizada em virtude da aprovação dos requerimentos nº 25/2023 e nº 37/2023, ambos da deputada Fernanda Pessoa (União-CE). O objetivo foi debater a necessidade de realização de concurso público para auditores fiscais federais agropecuários e a equiparação salarial dessa categoria com auditores fiscais federais dos outros ramos.

A autora do requerimento, deputada Fernanda Pessoa, destacou a importância da categoria para o agronegócio do País e defendeu a necessidade de realização do concurso público, "tendo em vista que o quadro de pessoal encontra-se defasado diante da realidade do setor".

Participaram do debate: Carlos Goulart, secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária; Guilherme Coelho, presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas); Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate); Alison Souza, presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) e diretor institucional do Instituto Servir Brasil; e Janus Pablo Macedo, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA Sindical).



31 de agosto de 2023

Regulamentação do serviço de praticagem no Brasil



Audiência pública presidida pelo deputado Coronel Meira (PL-PE), autor do requerimento



Relatório anual - 2023

Audiência pública realizada em virtude da aprovação dos requerimentos nº 41/2023, nº 53/2023, nº 59/2023 e nº 60/2023, todos do deputado Coronel Meira (PL-PE). O objetivo foi discutir o Projeto de Lei nº 1.565/19 e as propostas que tramitavam em conjunto, relativos à regulamentação do serviço de praticagem no Brasil.

Relator da matéria na Comissão de Administração e Serviço Público, o deputado Coronel Meira assinalou a intenção do projeto de dar maior segurança jurídica ao serviço de praticagem no País. "Sabe-se que o serviço essencial de que tratam as proposições é relevantíssimo para a garantia, a salvaguarda e a segurança da navegação, bem como possui reflexo direto nos principais setores produtivos do Brasil, tais como a exportação de produtos minerais, siderurgia e agropecuária", afirmou.

Compareceram como convidados: Bruna Roncel, coordenadora-geral de Navegação substituta do Ministério de Portos e Aeroportos; Lilian Schaefer, representante da Confederação Nacional do Transporte (CNT); Eduardo Guterra, presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP); Gustavo Henrique Alves Martins, presidente da Federação Nacional dos Práticos (Fenapráticos); André de Seixas, diretor-presidente da Logística Brasil; Murillo Barbosa, diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP); Luis Fernando Resano, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac); Claudio Loureiro de Souza, diretor-executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (CentroNave); Ricardo Falcão, diretor-presidente do Conselho Nacional de Praticagem (Conapra); André Meloni Nassar, presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove); Osvaldo Agripino de Castro Junior, professor especialista em Direito Marítimo, Portuário e Regulação; Bruno Fonseca, diretor vice-presidente do Instituto Praticagem do Brasil; José Gonçalves Moreira Neto, superintendente de Regulação substituto da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Wagner Ferreira Cardoso, gerente executivo de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Gustavo Luis Teixeira das Chagas, coordenador nacional da Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário (Conatpa) do Ministério Público do Trabalho (MPT); Marco Ferraz, presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil); e Sergio Renato Berna Salgueirinho, diretor de Portos e Costas da Marinha do Brasil.

Em novembro de 2023, a matéria passou a tramitar em regime de urgência e foi aprovada em Plenário no mesmo mês, na forma de substitutivo ao PL nº 757/22, um dos projetos que tramitavam em conjunto com o PL nº 1.565/19.



14 de setembro de 2023

Necessidade de estruturação funcional na Agência Nacional de Mineração



Audiência pública presidida pela deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), autora do requerimento



Audiência pública realizada em virtude da aprovação dos requerimentos nº 38/2023 e nº 66/2023, ambos da deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP). O objetivo foi debater a necessidade de estruturação funcional na Agência Nacional de Mineração (ANM).

A deputada destacou que, desde sua criação, em 2017, a partir da extinção do antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a ANM recebeu 17 novas competências sem adequação da sua estrutura de pessoal. Ela observou, ainda, que a ausência de uma estrutura mais apropriada e robusta reduz o espectro de atuação em termos de estrutura organizacional e de atendimento, o que expõe a União a maiores riscos.

Compareceram como convidados: Cayssa Marcondes, coordenadora-geral de Qualidade Ambiental da Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Daniel Pollack, superintendente de Arrecadação e Fiscalização de Receitas da Agência Nacional de Mineração (ANM); Ricardo Moreira Peçanha, diretor de Relações Institucionais e de Comunicação da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Mineração (ASANM); Elson José da Silva, presidente da União Nacional dos Servidores de Carreira das Agências Reguladoras Federais (UnaReg); Vitor Saback, secretário Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; e José Lopez Feijóo, secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

16 e 22 de setembro e 06 de outubro de 2023

Implementação do piso nacional do magistério



Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP)



Relatório anual - 2023

Série de seminários sobre a implementação do piso nacional do magistério em todo o País, realizados em decorrência da aprovação do Requerimento nº 65/2023, dos deputados Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), Reimont (PT-RJ) e Rogério Correia (PT-MG).

Os seminários ocorreram na Câmara Municipal de São Paulo, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, nos dias 16 e 22 de setembro e 6 de outubro.

Os eventos, conduzidos por membros do Grupo de Trabalho criado para “Acompanhar o Piso Nacional do Magistério”, tiveram como objetivo subsidiar o diagnóstico da situação relativa ao pagamento do piso nacional, a fim de proceder o mapeamento dos municípios infringentes.

O piso profissional dos professores foi instituído pela Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que prevê reajuste anual por meio de portaria do Ministério da Educação (MEC), com data-base em janeiro de cada ano. Em 2023, o piso foi reajustado em 14,95%, por força da Portaria nº 17, de 16/01/2023, tendo sido fixado em R\$ 4.420,55.

Pela lei, quando estados e municípios demonstrarem que não têm disponibilidade orçamentária suficiente, existe a hipótese de complementação federal, por meio do MEC, a partir de recursos do Fundeb.

Os autores do requerimento destacaram que o piso do magistério é uma conquista importante para a valorização dos profissionais da educação e para a qualidade do ensino. "Embora tenha sido estabelecido em 2008 pela Lei nº 11.738, o piso vem sendo descumprido sistematicamente por parcela considerável dos municípios que não paga o valor mínimo aos professores e professoras", acrescentaram.

26 de outubro de 2023

Futuro do sistema metroferroviário público federal



Audiência pública presidida pela deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS), autora do requerimento



Audiência pública realizada em virtude da aprovação do Requerimento nº 50/2023, da deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS), com o objetivo de debater o futuro do sistema metroferroviário público federal.

Ao propor o debate, a deputada lamentou a manutenção de empresas do setor no Programa Nacional de Desestatização e disse não haver qualquer garantia de que a privatização vá trazer melhoria na qualidade do serviço prestado. "Ao contrário: o metrô do Rio de Janeiro, por exemplo, privatizado há mais de duas décadas, possui hoje a tarifa mais cara do País e ainda assim é alvo de reclamações constantes da população", afirmou.

Fernanda Melchionna lembrou que o direito ao transporte é tido como direito social garantido na Constituição Federal e que sua privatização afeta diretamente a vida da população mais vulnerável. "Está evidente que a solução para os eventuais problemas encontrados está no fortalecimento dos serviços públicos, valorização de seus trabalhadores e não na simples entrega à iniciativa privada", avaliou.

Compareceram como convidados: Paula Coelho da Nóbrega, coordenadora-geral da Coordenação de Planejamento da Mobilidade Urbana da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades; Elisa de Oliveira Alves, assessora especial da Secretaria de Governança das Empresas Estatais do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Luis Henrique Chagas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e Conexas do Estado do Rio Grande do Sul (Sindimetrô RS); Luiz Soares, presidente do Sindicato dos Metroviários de Pernambuco (Sindmetro-PE); e Alda Lúcia Fernandes dos Santos, presidente da Federação Nacional dos Metroferroviários (Fenametro).

26 de outubro de 2023

Carga horária de trabalhadores do Grupo Hospitalar Conceição



Deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS), autora do requerimento



Audiência pública realizada em virtude da aprovação do Requerimento nº 43/2023, da deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS), com o objetivo de debater o estabelecimento da carga horária de 180 horas mensais para os trabalhadores do setor de higienização do Grupo Hospitalar Conceição, no Rio Grande do Sul.

A autora do requerimento afirmou que essa é a única categoria do complexo hospitalar que trabalha 220 horas mensais, resultando na média de 55 horas por semana, enquanto o restante da equipe trabalha em jornadas de 44 horas semanais. A deputada acredita que essa "jornada extremamente exaustiva traz riscos concretos tanto para a saúde e segurança dos trabalhadores quanto dos pacientes atendidos nas unidades".

Compareceram como convidados: João Motta, diretor Administrativo e Financeiro do Grupo Hospitalar Conceição (GHC); Jussara Kele Araújo Valadares, diretora de Política de Pessoal e Previdência Complementar de Estatais da Secretaria de Governança do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Julio Cesar Jesien, presidente do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (Sindisaúde-RS); Valmor de Almeida Guedes, representante da Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição (ASERGHGHC); e Luciana de Almeida, integrante da Comissão de Trabalhadores do Setor de Higienização do Grupo Hospitalar Conceição (GHC).



30 de outubro de 2023

Impactos do aumento da autonomia do servidor no uso do consignado



Audiência pública presidida pelo deputado Prof. Paulo Fernando (Republicanos-DF), autor do requerimento



Relatório anual - 2023

Audiência pública realizada em virtude da aprovação do Requerimento nº 74/2023, do deputado Prof. Paulo Fernando (Republicanos-DF), com aditamento do Requerimento nº 77/2023, do deputado Defensor Stélio Dener (Republicanos - RR). O objetivo foi debater os impactos positivos e negativos do Projeto de Lei nº 2.591/23, que altera regras relativas ao percentual da remuneração que pode ser aplicado na contratação de crédito consignado.

A legislação atual autoriza o comprometimento com consignações de até 45% da remuneração mensal, sendo que, destes, 5% são reservados exclusivamente para a amortização de dívidas de cartão de crédito e mais 5% para a amortização do cartão de benefício. O PL nº 2.591/23, de autoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS), mantém o limite do consignado em 45%, mas possibilita ao servidor escolher se uma reserva mínima de 5% será usada para cartão de crédito ou cartão de benefícios.

O deputado Prof. Paulo Fernando propôs a realização da audiência pública na condição de relator do PL nº 2.591/23 na Comissão de Administração e Serviço Público. O projeto ainda aguarda votação no colegiado. Em seguida, será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Participaram do debate: Cynthia Beltrão Curado, diretora do Departamento de Remuneração, Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Vitor Hugo do Amaral Ferreira, diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Rafael Baldi, diretor adjunto de Produtos da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); Pedro Armengol de Souza, diretor da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef); Gerlane Alves da Silva, advogada da Associação Nacional dos Servidores da Agricultura (Ansa); José Almiran Rodrigues, representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra Sindical); Elias Bezerra Rosa Júnior, membro da Associação Nacional de Correspondentes Caixa Aqui (Ancca); e Edison João Costa, presidente da Associação Nacional dos Profissionais e Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País (Aneps).

06 de novembro de 2023

Congelamento da contagem de tempo de serviço para fins de adicionais

Seminário realizado na Câmara Municipal de São Paulo, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 33/2023, da deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), com a finalidade de debater a “Lei Complementar nº 173/2020, que congelou a contagem de tempo para fins de anuênios, triênios, quinquênios, sexta parte, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes para servidores públicos”.

O tema do seminário foi o mesmo de audiência pública realizada pela Comissão de Administração e Serviço Público em maio de 2023, também por solicitação da deputada Professora Luciene Cavalcante. Ao sugerir a realização do evento em São Paulo, a deputada salientou que o foco seria a situação na capital e nos demais municípios paulistas.

Assim como ocorreu em relação à audiência pública, a Professora Luciene Cavalcante propôs que fosse discutida a concessão da contagem do tempo entre 27 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, autorizando os entes federados a realizar seus pagamentos retroativos caso os períodos aquisitivos tenham sido completados durante esse tempo.



09 de novembro de 2023

Saúde e segurança no ambiente de trabalho dos policiais penais



Audiência pública presidida pela deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), autora do requerimento



Audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), realizada em virtude da aprovação dos requerimentos nº 46/2023-CASP e nº 223/2023-CSPCCO, ambos dos deputados Professora Luciene Cavalcante e Pastor Henrique Vieira, e dos requerimentos nº 88/2023-CASP e 91/2023-CASP, os dois de autoria da deputada Professora Luciene Cavalcante. O objetivo foi debater a saúde e a segurança no trabalho dos policiais penais no sistema prisional.

Ao propor a realização do debate, os deputados Professora Luciene Cavalcante e Pastor Henrique Vieira destacaram que o trabalho desses profissionais é realizado em "ambiente desafiador e potencialmente perigoso", por conta de aspectos como a superlotação dos presídios, deficiências estruturais nas instalações e a ausência de equipamentos de segurança apropriados.

"Essas condições adversas contribuem para o aumento dos riscos ocupacionais e afetam diretamente a segurança e o bem-estar dos policiais penais, podendo resultar em consequências negativas para sua saúde física e mental, como contaminação por radiação, ansiedade, transtornos do sono e até mesmo traumas psicológicos", alertaram.

Participaram da audiência pública: Marcelo Stona, diretor do Sistema Penitenciário Federal da Secretaria Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Carlos Giannazi, deputado estadual de São Paulo; Marcelo Kimati Dias, pesquisador da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro); Carlos Eduardo Piotto, diretor jurídico do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária e demais Servidores Públicos do Sistema Penitenciário (Sindcop); Joélia Silveira Lins, presidente do Sindicato dos Policiais Penais e Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará (Sindppen-CE); Roberto Barbosa de Moura, coordenador do Departamento de Sistema Prisional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM); e Lineu Neves Mazano, vice-presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e presidente da Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo (FESSP-ESP).

13 de novembro de 2023

Reestruturação da carreira pública de assistência social no DF



Deputada Erika Kokay (PT-DF), autora do requerimento



Audiência pública realizada em virtude da aprovação do Requerimento nº 86/2023, da deputada Erika Kokay (PT-DF), com o objetivo de discutir o movimento dos servidores da política pública de assistência social do Distrito Federal e a reestruturação da carreira.

A autora do requerimento destacou que os servidores da política de assistência social do Distrito Federal atendem a mais de 370 mil famílias no DF e têm atuado em defesa da valorização e do fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), “política pública de relevante interesse para toda a sociedade, especialmente para os cidadãos em situação de vulnerabilidade socioeconômica”.

Para Erika Kokay, "defender a valorização e o fortalecimento dessa política pública passa, necessariamente, pela defesa intransigente dos direitos que assistem aos trabalhadores que desenvolvem e executam os programas, projetos e serviços do SUAS cotidianamente".

A deputada observou que a categoria havia participado de amplo processo de discussão com representantes do Governo do Distrito Federal (GDF), com o objetivo de construir proposta que assegure a reestruturação da carreira. "Mesmo sendo o autor da minuta proposta à categoria, o GDF retrocedeu e não transformou o documento em projeto de lei, tampouco o encaminhou à Câmara Legislativa, frustrando dessa maneira todo o trabalho construído no âmbito do grupo de negociação", afirmou.

Participaram da audiência pública: Renata Marinho, secretária adjunta de Desenvolvimento Social do Distrito Federal; Jaime Santana, secretário-executivo da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; Edgley Avelino de Sousa, presidente do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF (Sindsasc); e Clayton de Souza Avelar, diretor de Relações e Comunicação do Sindsasc.

21 de novembro de 2023

Proposta de reestruturação e fortalecimento do Ministério do Trabalho e Emprego



Audiência pública presidida pelo deputado Reimont (PT-RJ)



Audiência pública realizada em virtude da aprovação do Requerimento nº 94/2023, do deputado Bruno Farias (Avante-MG), com o objetivo de debater “Proposta de reestruturação e fortalecimento do Ministério do Trabalho e Emprego para efetiva e eficaz execução de políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda para toda a classe trabalhadora brasileira”.

Ao sugerir a realização da audiência, o deputado Bruno Farias observou que os servidores administrativos atuam nas principais atividades do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como as relacionadas a políticas públicas, relações do trabalho, inspeção trabalhista e gestão administrativa. "No entanto, os servidores administrativos do MTE há anos lutam por um plano de carreira que modernize as funções contemporâneas, com novos cargos que detenham atribuições mais complexas, para que continuem assegurando trabalho decente para a população usuária dos serviços prestados pelo ministério", declarou o deputado.

Participaram do debate: Mário Barbosa, diretor do Departamento de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Jobson de Paiva Sales, diretor do Departamento de Gestão de Pessoas do Ministério do Trabalho e Emprego; Rafael Dias Marques, secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho; Lineu Neves Mazano, vice-presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB); e Rogério Antônio Exedito, presidente da Comissão Nacional dos Servidores do Ministério do Trabalho e da Previdência.

23 de novembro de 2023

Mudança nas regras dos regimes próprios de previdência social dos servidores dos municípios



Deputado Rogério Correia (PT-MG), autor do requerimento



Audiência pública realizada em virtude da aprovação dos requerimentos nº 69/2023, dos deputados Rogério Correia (PT-MG) e Denise Pessôa (PT-RS), e nº 79/2023, da deputada Denise Pessôa. O objetivo foi debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 38/23, que estabelece que os municípios deverão aplicar em seus regimes próprios de Previdência Social as mesmas normas de benefícios válidas para a União. O texto permite, no entanto, que as prefeituras implantem regras mais rigorosas se isso for necessário para solucionar seus déficits orçamentários.

Rogério Correia e Denise Pessôa observaram que “a reforma da previdência sempre foi uma questão de extrema relevância na medida em que tem impacto no equilíbrio das contas públicas, mas que também afeta diretamente o futuro de milhares de servidores públicos, que dedicam anos de trabalho em prol da população”. Eles defenderam que “qualquer alteração legislativa deve assegurar o debate democrático na construção da proposta que afetará diretamente seus direitos”.

Para os dois parlamentares, não se justifica obrigar os municípios a adotarem os parâmetros da reforma da previdência dos servidores da União, uma vez que as realidades são diferentes e é possível a adoção de uma reforma mais justa e realista em âmbito municipal.

Participaram do debate: Irene Rodrigues da Silva, secretária de Saúde do Trabalhador da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam); Thiago Augusto de Carvalho Cruz, coordenador de Assuntos Legislativos e Jurídicos do Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Horizonte (Sindibel); Israel Arimar de Moura, vice-presidente da Federação Interestadual dos Servidores Públicos Municipais e Estaduais dos Estados do AC, AL, AP, AM, BA, MA, MG, PR, PI, RR, SE e TO (Fesempre); Wilson Romero, presidente Regional DF da Pública Central do Servidor; Silvana Teresa Piroli, presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul (Sindiserv); Luiz Bittencourt, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (Sind-Rede BH); e Bruno Pedralva, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

A PEC nº 38/23 aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), responsável por analisar a admissibilidade da proposta. Depois será apreciada por uma comissão especial e posteriormente pelo Plenário.

27 de novembro de 2023

A luta dos servidores contra a reforma administrativa



Audiência pública presidida pela deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP)



Audiência pública realizada em virtude da aprovação do Requerimento nº 75/2023, das deputadas Fernanda Melchionna (Psol-RS) e Sâmia Bomfim (Psol-SP). O objetivo foi debater o tema “A luta dos servidores contra a Reforma Administrativa”, com foco na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020.

Para as autoras do requerimento, a PEC nº 32/2020, conhecida como “Reforma Administrativa”, representa uma tentativa de ataque ao serviço público e aos servidores brasileiros. Elas observaram que as alterações propostas “vão desde a extinção da estabilidade dos servidores, passando por regras que abrem espaço para privatizações e descumprimento de direitos trabalhistas, chegando até disposições excludentes e que reforçam desigualdades”.

Participaram do debate: Regina Coeli Moreira Camargos, secretária adjunta de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Thiago Duarte Gonçalves, coordenador Jurídico e Parlamentar da Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe); Rivana Ricarte, secretária-geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate); Maria Lúcia Lopes da Silva, 3ª vice-presidenta do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN); Sérgio Ronaldo da Silva, representante do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe); Pedro Armengol, secretário adjunto de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e Vladimir Nepomuceno, consultor da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público.

A PEC nº 32/2020 foi aprovada por comissão especial em 2021, após passar pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), e aguarda apreciação em Plenário.

30 de novembro de 2023

Demissões no Banco da Amazônia (Basa)



Audiência pública presidida pela deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS)



Audiência pública realizada em virtude da aprovação do Requerimento nº 72/2023, da deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS), para discutir demissões no Banco da Amazônia (Basa). Ao propor a realização da audiência, a deputada assinalou que, mesmo tendo sido alcançados resultados financeiros positivos nas últimas três décadas, “a administração da instituição decidiu, ainda no governo anterior, desligar os funcionários do chamado quadro de apoio, sem nenhum tipo de mediação direto ou via entidade representativa”.

“Infelizmente, mesmo com mudança na gestão do banco, não houve até o momento qualquer sinalização de que haverá a reversão dessa política de verdadeira demissão em massa, a qual atinge não somente o quadro de apoio, mas também outras categorias da instituição”, afirmou. Fernanda Melchionna defendeu a importância da realização da audiência para a discussão dos impactos da decisão do banco e de soluções no sentido de mitigar os prejuízos aos trabalhadores.

Participaram do debate: Jussara Valadares, diretora de Política de Pessoal e Previdência Complementar de Estatais do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Wellington Marques da Fonseca, gerente da Central do Contencioso Trabalhista do Banco da Amazônia; Gilson Afonso de Medeiros Lima, presidente da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia; Sérgio Luiz Campos Trindade, secretário-geral do Sindicato dos Bancários do Pará; e Marla Silva Brito, diretora do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Maranhão.

07 de dezembro de 2023

A luta contra a política de empobrecimento dos servidores públicos



Audiência pública presidida pela deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP)

Relatório anual - 2023

Audiência pública realizada em virtude da aprovação do Requerimento nº 73/2023, das deputadas Fernanda Melchionna (Psol-RS) e Sâmia Bomfim (Psol-SP), com o objetivo de discutir o tema "PEC nº 220/2016 e a luta contra a política de empobrecimento dos servidores públicos". A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 220/2016 determina a revisão geral anual dos salários de servidores públicos e membros de Poderes em índice que melhor reflita a inflação acumulada nos 12 meses anteriores.

“Trata-se de uma proposição de grande importância, que visa impedir que haja uma política de arrocho salarial sobre a remuneração dos servidores públicos do País”, avaliaram Fernanda Melchionna e Sâmia Bomfim. Elas ressaltaram que o funcionalismo público brasileiro vem sofrendo com políticas de precarização, desvalorização e consequente empobrecimento. "Percebe-se uma defasagem remuneratória que não se justifica pela falta de recursos, mas por uma priorização de políticas de austeridade fiscal", acrescentaram, ao defender a importância do debate sobre o tema.

Participaram da audiência pública: Regina Coeli Camargos, secretária adjunta de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Carlos David de Carvalho Lobão, integrante do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe); Sandro Pimentel, coordenador de Educação da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra Sindical); Fabiano dos Santos, coordenador-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe); Annie Schmaltz Hsiou, 3ª secretária do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN); e David Landau, coordenador executivo do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais (Sitraemg).

A PEC nº 220/2016 está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), na qual a deputada Sâmia Bomfim foi designada relatora. A CCJC irá analisar a admissibilidade da proposta. Se aprovada, será criada uma comissão especial para análise do mérito, antes da apreciação pelo Plenário.



08 de dezembro de 2023

Gênero, raça, cuidado e educação: valorização das educadoras infantis



Seminário presidido pela deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP)

Seminário realizado em virtude da aprovação do Requerimento nº 84/2023, dos deputados Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), Reimont (PT-RJ) e Rogério Correia (PT-MG), com o objetivo de discutir o tema “Gênero, raça, cuidado e educação: a luta histórica pelo reconhecimento e valorização das profissionais da primeiríssima infância”. O evento foi realizado no Auditório Nereu Ramos, em conjunto com as comissões de Educação; de Defesa dos Direitos da Mulher; e de Trabalho.

Os autores do requerimento ressaltaram que o trabalho de cuidado e educação em berçários, creches e pré-escolas que atendem crianças de 0 a 3 anos é exercido em sua ampla maioria por mulheres. Segundo o Censo Escolar 2022, elas representam 97,2% dos educadores nas creches e 94,2% na pré-escola. Professora Luciene Cavalcante, Reimont e Rogério Correia defenderam que é urgente elaborar políticas públicas que garantam o direito dessas profissionais ao enquadramento na carreira do magistério, retirando da invisibilidade o trabalho pedagógico que desempenham.

“A despeito de a primeiríssima infância ser um período crucial para o desenvolvimento integral do ser humano, essas profissionais enfrentam uma série de desafios, como baixos salários, falta de reconhecimento, carga horária excessiva, entre outros”, apontaram. Os parlamentares lembraram que o trabalho pedagógico nessa primeira etapa da educação básica abrange desde ações relacionadas a higiene, alimentação e locomoção até o fornecimento de apoio emocional, escuta ativa, estabelecimento de vínculos afetivos, consolo e encorajamento.

Participaram do seminário os seguintes convidados: Valquíria Santos Silva, coordenadora-geral de Formação Continuada para Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola; Carlos Giannazi, deputado estadual de São Paulo e professor; Rosane da Silva, secretária Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados do Ministério das Mulheres; Fernanda Pereira Barbosa, procuradora do Trabalho e coordenadora do Grupo de Trabalho Gênero e Cuidado do Ministério Público do Trabalho; Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, promotor de Justiça e coordenador do Núcleo de Defesa da Educação do Ministério Público do Estado de Alagoas; Alipio Dias dos Santos Neto, coordenador de Ações de Controle da Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União; Tânia Dornellas, assessora de advocacy da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Berta Souza Lima, representante do movimento Somos Todas Professoras; Eliana Ferreira e Alexandre Mandl, advogados do movimento Somos Todas Professoras.



12 de dezembro de 2023

[Ausência de repasse de contribuições previdenciárias por entes federativos](#)



Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), autora do requerimento



Audiência pública realizada em virtude da aprovação do Requerimento nº 92/2023, da deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), com o objetivo de discutir o tema “Ausência de repasse de contribuições previdenciárias por entes federativos em relação a professores contratados sob regime celetista”.

A autora do requerimento afirmou que a audiência visava esclarecer “as inúmeras denúncias de professores contratados sob o regime celetista de que suas contribuições previdenciárias não estariam sendo recolhidas pelas respectivas secretarias de Educação”, especialmente pelos estados de São Paulo e Minas Gerais e pelo município de São Paulo. “Tais denúncias são baseadas no fato de que estes professores contratados, ao entrarem no sistema do INSS, não encontram os repasses efetuados”, explicou. “Por seu turno, ao entrar em contato com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, a alegação é de que o recolhimento está sendo devidamente realizado e que se trata de erro no sistema e-social do INSS”, acrescentou.

Participaram do debate: Andrea Costa Chaves, subsecretária de Fiscalização da Receita Federal do Brasil; Camila Rodrigues Segismundo, coordenadora de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo; Carlos Giannazi, professor e deputado estadual de São Paulo; Celso Giannazi, vereador do município de São Paulo; e Ana Claudia Gomes Bonina, diretora do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF).

14 de dezembro de 2023

Iniciativa da Eletrobras de incorporar Furnas



Audiência pública presidida pela deputada Erika Kokay (PT-DF)



Audiência pública realizada em virtude da aprovação do Requerimento nº 85/2023, dos deputados Rogério Correia (PT-MG) e Reimont (PT-RJ), com o objetivo de discutir a “Iniciativa da Eletrobras de incorporar Furnas, seus efeitos para a prestação dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica e suas consequências para Minas Gerais e o Brasil”.

Para os autores do requerimento, a iniciativa representa o fim da memória de um dos maiores casos de sucesso da história do País. “A incorporação de Furnas pela Eletrobras vai além do cancelamento do CNPJ da empresa; destrói todas as referências que construíram a memória da joia da coroa de Minas Gerais e do setor elétrico brasileiro”, afirmaram, ao propor a realização da audiência. Eles defenderam a urgência do debate, para avaliar os impactos da medida e buscar “soluções políticas de reversão de um processo tão agressivo para Minas Gerais e para o povo brasileiro”.

Rogério Correia e Reimont observaram que Furnas é a maior das subsidiárias da Eletrobras, com presença em 15 estados e no Distrito Federal, e capacidade instalada de geração de mais de 18 GW. Eles lembraram que a empresa gera energia a partir de fontes hidrelétricas, gás natural, eólica e solar, e que seu sistema inclui 22 hidrelétricas, duas termelétricas, um complexo com cinco parques eólicos, 35.201 km de linhas de transmissão e 72 subestações. Foi, ainda, a primeira empresa a produzir 1,5 tonelada de hidrogênio verde no Brasil. “Furnas sempre foi vanguarda, esteve à frente do seu tempo, a gigante do setor elétrico brasileiro”, completaram.

Participaram da audiência pública: Victor Rodrigues da Costa, diretor da Associação dos Empregados de Furnas; Emerson Andrada Leite, coordenador-geral do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais; Clarice Ferraz, diretora do Instituto Ilumina; Iury Paulino, integrante da Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia; e Renato Fernandes, coordenador do Coletivo Nacional dos Eletricitários.

15 de dezembro de 2023

Valorização da Polícia Rodoviária Federal do Paraná



Deputada Carol Dartora (PT-PR), autora do requerimento



Mesa redonda realizada na Sede da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Paraná, em virtude da aprovação do Requerimento nº 82/2023, da deputada Carol Dartora. O objetivo foi discutir a “formação para atuação em direitos humanos na valorização profissional da PRF do Paraná”.

A autora do requerimento observou que “a formação em direitos humanos tem sido fundamental em diversas esferas da vida social, especialmente na área da segurança pública”. Na sua visão, em uma sociedade democrática, a formulação de políticas públicas de segurança e de administração da justiça requer a formação de agentes com base nos princípios e valores dos direitos humanos, previstos na legislação nacional e em dispositivos normativos internacionais firmados pelo Brasil.

A deputada destacou a importância da Polícia Rodoviária Federal para a segurança pública no estado do Paraná e defendeu que a discussão sobre “a valorização desses profissionais a partir da formação em direitos humanos, atrelada à formação da consciência antirracista, anticapacitista, não violenta e que promova a igualdade de gênero, é essencial para a promoção de transformações necessárias em prol da população e para o reconhecimento desses serviços prestados para a sociedade”.

O evento debateu problemas inerentes ao tema de direitos humanos no âmbito das polícias brasileiras, questões a serem melhoradas na formação dos policiais rodoviários federais e avanços que vêm sendo realizados pela PRF. Ainda, foram apresentadas à deputada as ações de reestruturação de direitos humanos na PRF.

Participaram da mesa redonda: Sérgio Augusto de Carvalho, superintendente substituto da PRF Paraná; Bruna Bacelar, chefe do Setor de Políticas em Direitos Humanos e gestora do projeto Vida PRF; Silvane Furlanetto, presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos do PR; e Fabiano José Nicolete, diretor de Comunicação do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Paraná.

Números da Comissão



Relatório anual - 2023

Eventos Realizados em 2023



Evento	Quantidade
<u>Reunião Deliberativa</u>	18
<u>Audiência Pública</u>	21
<u>Seminário</u>	4
<u>Mesa Redonda</u>	1
<u>Reunião de Instalação e Eleição</u>	1
<u>Reunião Técnica</u>	4
Total	49

Estatísticas 2023 - CASP

Matérias Recebidas em 2023

Tipo	Apreciação	Quantidade
PDC	Plenário	7
PDL	Plenário	31
PL	Conclusiva	461
PL	Plenário	58
PLP	Plenário	38
REQ	N/A	99
Total		694

Matérias Apreciadas em 2023

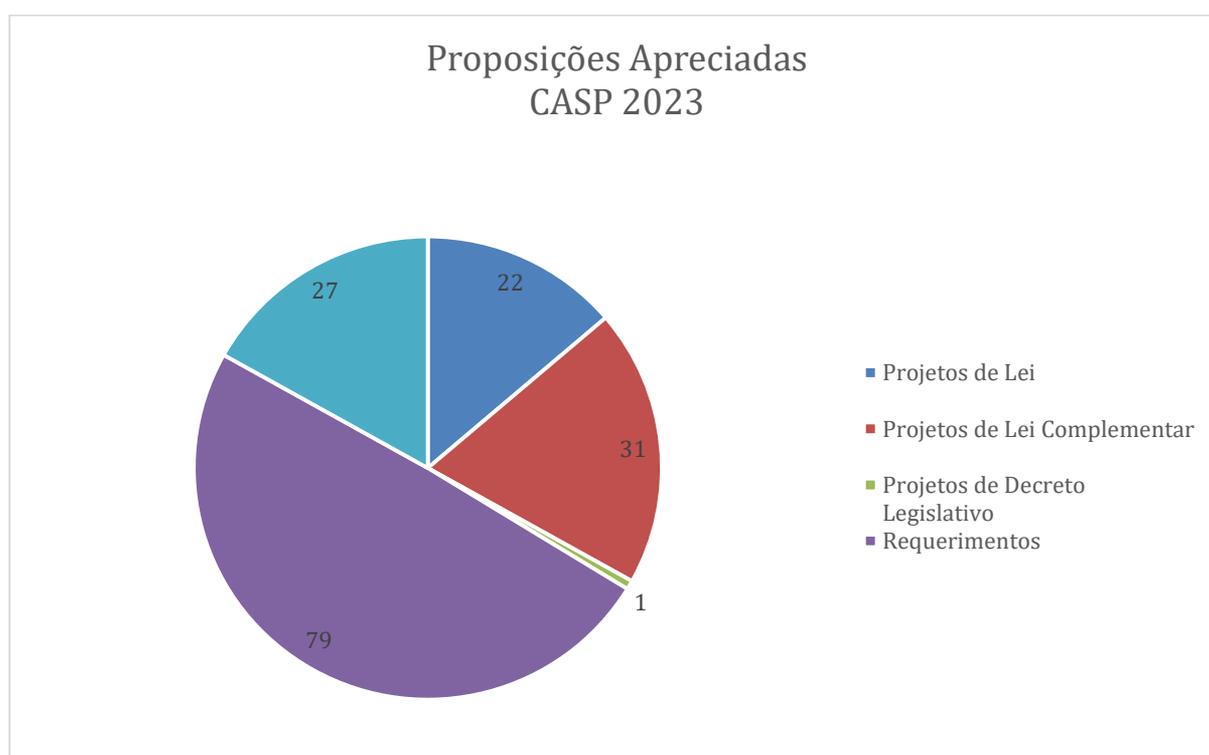


Tipo	Apreciação	Quantidade
<u>PDL</u>	Plenário	1
<u>PL</u>	Conclusiva	22
<u>PLP</u>	Plenário	31
<u>REQ</u>	N/A	79
<u>SLD</u>	Interna	21
<u>SOR</u>	Interna	6
Total		160

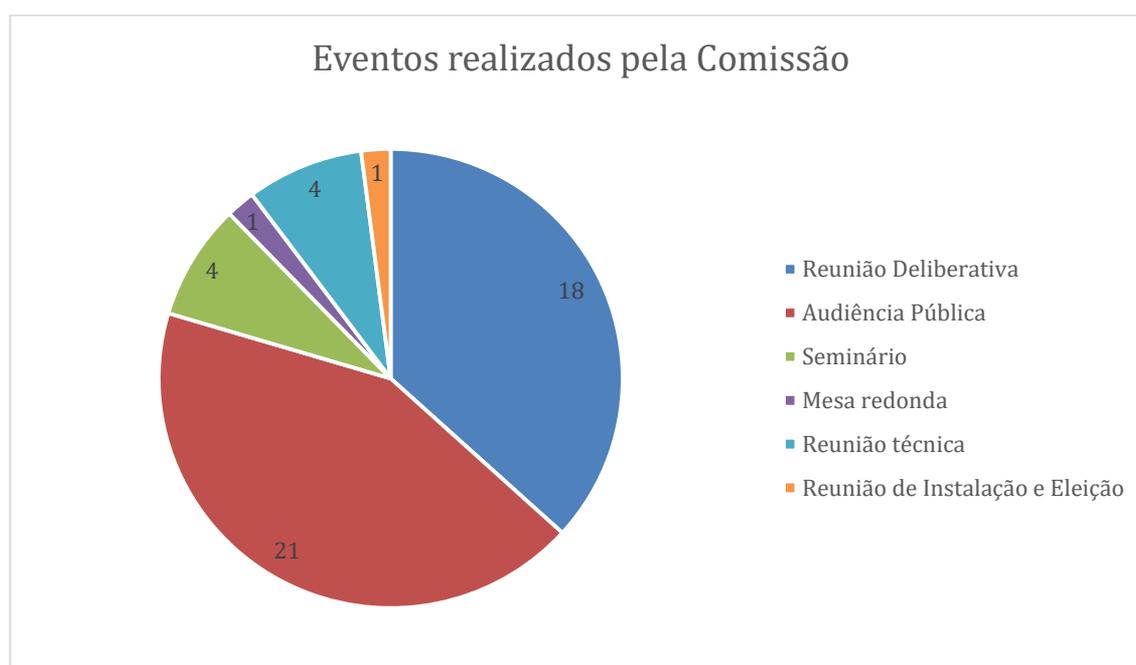
* Considerado os projetos apensados



Relatório anual - 2023



Relatório anual - 2023



Equipe técnica

Comissão de Administração e Serviço Público

Secretária-Executiva:

Flávia Renata de Oliveira Silva

Equipe Técnica:

Luciana Dantas Mariz

Maria Lúcia da Silva

Miller Borges Castanheira de Carvalho

Estagiária:

Mariana Carvalho Delamagna

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Administração e Serviço Público

Anexo II, Ala A Superior, sala 176, CEP 70160-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3216-6824/6823

casp.decom@camara.leg.br

